



**SENADO FEDERAL**  
**Senadora Mara Gabrilli**

## **REQUERIMENTO Nº DE - CMMIR**

Requeiro, nos termos art. 90, XIII, e 142, do Regimento Comum do Congresso Nacional, a realização de visita técnica da CMMIR no estado de São Paulo para diligências com representantes municipais e estaduais na área de migração, refúgio e tráfico de pessoas, e representantes de agências das Nações Unidas, com a finalidade de debater os avanços e os desafios para a implementação de políticas públicas para migrantes e refugiados no estado, independentemente da sua nacionalidade ou status documental.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O estado de São Paulo é reconhecido historicamente por ter sido construído por imigrantes e refugiados de diversos países ao longo de seu processo de formação, fenômeno que ainda é presente e tem influência em sua urbanização e organização. É devido a esse fluxo de pessoas de diferentes regiões do mundo que a capital do estado, São Paulo, é considerada uma cidade

aberta e prestigiada por sua diversidade. Dessa forma, fazem-se necessárias políticas públicas que reconheçam as especificidades da população imigrante e refugiada.

Nos últimos dois anos, a política migratória voltou ao centro do debate do estado em virtude do elevado fluxo migratório de afegãos e afegãs que chegam a São Paulo graças à emissão de vistos humanitários promovida pelo governo federal. A situação recebeu repercussão nacional em virtude da dificuldade de acolhimento especializado no estado para o elevado contingente desses nacionais, gerando uma crise humanitária no aeroporto internacional de Guarulhos. Essa situação foi objeto de diligências da Comissão Mista Permanente sobre Migrantes Internacionais e Refugiados do Congresso Nacional - CMMIR em novembro de 2022, o que se repetirá em 2023, conforme consta no Plano de Trabalho de 2023.

Cumprir recordar, contudo, que apenas a cidade de São Paulo recebe a migração de mais de 200 nacionalidades diferentes, o que representa mais de 3.5% da população da capital, segundo dados da Polícia Federal. Somente na capital, observa-se a expressiva migração de bolivianos, haitianos, cubanos, venezuelanos, senegaleses, congoleses, angolanos, sírios, palestinos, além de japoneses, chineses, coreanos, por exemplo. Na capital, são mais de 360 mil imigrantes e refugiados.

Dessarte, esta reunião de diligências com as autoridades e representações locais dos órgãos colegiados municipais e estaduais será de suma importância para discutirmos diversas formas de garantia e defesa dos direitos da população migrante e refugiada no estado, independentemente das suas nacionalidades ou de seus status documentais.

Entre os temas que estarão no centro do debate, destacamos a importância da participação social e do protagonismo migrante na governança migratória local, por meio, por exemplo, dos órgãos colegiados municipais e

estaduais, como o Conselho Municipal dos Imigrantes (CMI) e o Conselho Estadual para Refugiados. Serão discutidas as atuais políticas públicas para acesso à assistência social e habitação, por meio da ampliação do número de vagas de acolhimento específicas para imigrantes e refugiados e a promoção de moradia digna para muitos deles, uma vez que, na capital paulistana, muitos vivem em situação irregular em ocupações nos centros urbanos. Também serão privilegiadas as ações de valorização e de incentivo à diversidade, por meio de ações de proteção aos direitos humanos e combate à xenofobia, racismo, intolerância religiosa e outras formas de discriminação.

Em adição, sublinhamos a nossa preocupação com as interseccionalidades e transversalidades de migrantes e refugiados no estado de São Paulo, com olhar específico para as políticas públicas em voga para o acesso a direitos e serviços dessa população que sejam mulheres, indígenas, pretas, crianças e adolescentes, pessoas LGBTQIA+, idosas e com deficiências, por exemplo. Também observamos as políticas de acesso à saúde integral, incluindo os direitos sexuais e reprodutivos.

A promoção do trabalho decente, a geração de emprego e renda e a qualificação profissional também serão observadas com atenção, afinal, o estado representa o maior PIB - Produto Interno Bruto do país. Em paralelo, será discutido o acesso à educação integral, em todos os níveis de ensino, o aprendizado de língua portuguesa para inclusão social e o respeito à interculturalidade. A assistência jurídica e a regularização documental junto às autoridades federais, estaduais e municipais também merecem nossa atenção para a plena garantia de direitos dessas populações.

Por fim, o debate se concentrará nas políticas públicas para erradicação do trabalho análogo à escravidão de migrantes e refugiados em São Paulo, que já foi alvo de muitas denúncias e resgate dessas populações sobretudo na indústria têxtil, mas também em fazendas ao redor do estado. Um olhar sensível

para o contrabando de migrantes e o tráfico de pessoas também deve ser privilegiado.

Sala da Comissão, 5 de julho de 2023.

**Senadora Mara Gabrilli**  
**(PSD - SP)**  
**Presidente da CMMIR**